

## “ESTAMOS A TRANSFORMAR CABO VERDE”

Este Governo assumiu dois compromissos para Cabo Verde: reforçar a democracia e trabalhar na criação das condições para um crescimento económico sustentado, com consciência social e capaz de contribuir para a redução da pobreza.

A nossa aposta é na transformação de Cabo Verde. É certo que isso exige tempo e muito esforço, tanto mais que os recursos são limitados. Mas Cabo Verde está condenado a assumir o desafio e a ganhar a aposta. E vamos ganhar. É preciso da parte de todos visão, audácia e muito trabalho.

O Governo definiu e vem implementando uma estratégia de transformação de Cabo Verde para que o país possa encontrar o seu espaço de utilidade num contexto mundial global e competitivo. A caminhada é longa, é certo. Mas o amanhã constrói-se já hoje. E é por isso mesmo que o Governo vem trabalhando no quadro de uma visão estratégica de futuro, futuro esse que está sendo construído hoje.

O Governo tem trabalhado no quadro de uma governação com ambição e com o imperativo constante de promover a inclusão, o diálogo e a procura de consensos. Tudo no sentido de criar um ambiente de estabilidade e reunir os consensos necessários para introdução das reformas preconizadas e para a consolidação da democracia. É que a transformação de Cabo Verde exige capacidade e vontade para ultrapassar os interesses conjunturais político-partidários.

A boa governação, tem sido ao longo desses três anos, o factor chave de toda a estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde. Isso porque a boa governação, incluindo a consolidação da democracia, a solidez das instituições e a credibilidade externa do país, constitui um recurso fundamental e imprescindível para viabilizar a estratégia de transformação.

Vivemos num ambiente de mais liberdade, foram ampliados os espaços de exercício da cidadania, temos mais liberdade de expressão e liberdade de imprensa, merecendo a atitude do Governo neste domínio reconhecimento de observadores internacionais como o Report Sans Frontier ou a Freedom House. Há mais mecanismos de controlo do exercício do poder.

Temos uma governação mais próxima dos cidadãos. Prova disso está no surgimento e criação de formas inovadoras de intervenção nos mais diversos domínios, evidenciando a existência de liberdade e vontade de acção da sociedade civil e dos cidadãos em criar e empreender, naquilo que podem fazer melhor que o poder publico, gerando um dinamismo das iniciativas privadas e promovendo o empoderamento da sociedade e das comunidades, nomeadamente no que respeita ao combate à pobreza.

Criamos um ambiente propício para o reforço e consolidação do Poder Local e da descentralização, através de medidas e de estímulos para a modernização da gestão municipal .

Tem havido transferência atempada dos recursos financeiros, no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro, foi melhorada a cooperação técnica através da criação de aplicações informáticas integradas, e, também no domínio institucional, há ganhos significativos que têm corroborado o desenvolvimento do poder local.

A afirmação do Estado de Direito Democrático só encontra espaço favorável de frutificação num ambiente de respeito do direito e de rigor no cumprimento da lei.

Há avanços qualitativos e estruturantes na Justiça. Destaco as reformas penais, o que contribui para a modernização do sistema penal adequando-o à Constituição, o aumento da eficácia da administração da justiça penal, no sentido de prevenir conflitos e estimular mudanças de atitudes e comportamentos.

O combate à droga e à criminalidade continua a merecer atenção especial e os resultados têm sido positivos. Há uma forte incidência em programas de tratamento e de reinserção social dos toxicodependentes.

O Estado do Direito Democrático está mais fortalecido e consolidado. Temos uma administração mais próxima dos cidadãos e das empresas. Vimos promovendo as novas tecnologias de informação como instrumentos essenciais para um novo paradigma da administração pública e que já provocou transformações e novas formas de gestão de muitos serviços públicos.

Foram conseguidos enormes ganhos de eficiência em alguns serviços estratégicos como é o caso dos Registos e Notariado, sendo possível hoje efectuar um registo de nascimento em 5 minutos ou então um registo de firmas em apenas 15 minutos.

A reforma da Administração Pública está a avançar. Ela implica alterações de cunho estrutural apelando para consensos políticos e sociais. O seu sucesso também estará muito dependente de mudanças positivas de atitudes e de comportamentos dos servidores públicos, em primeiro lugar, bem como dos utentes dos serviços. Como em outras áreas de actividade, é preciso cultivar uma cultura de tempo, oportunidade e resultados.

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação foram eleitas como uma das alavancas cruciais para a estratégia de transformação de Cabo Verde. Por isso foi criada a Comissão Interministerial Para Inovação e a Sociedade de Informação e o Núcleo Operacional Para Sociedade de Informação, suprimindo assim uma lacuna institucional e desencadeando um forte impulso de desenvolvimento das novas tecnologias informacionais em vários domínios.

O Fórum sobre as NTIC realizado na Praia em Maio último forneceu importantes contribuições que estão a ser trabalhadas para configurar uma política operacional para acelerar a marcha em direcção à sociedade de informação.

Entretanto, já existem medidas de curto prazo de democratização de acesso às NTIC, de forma a superar, tanto quanto possível, o problema da exclusão digital. Tais medidas dão atenção especial à juventude e ao mundo rural e têm a ver com o desenvolvimento legal e institucional, com um quadro de incentivos fiscais e outros capaz de propiciar uma redução substancial do custo dos equipamentos informáticos, com a expansão dos telecentros ou ainda com a intensificação do uso de equipamentos informáticos pelos alunos e professores.

A transformação de Cabo Verde exige avultados recursos não disponíveis no país. Tal implica a necessidade de uma mobilização acrescida de meios a nível interno e externo. Só assim poderemos responder às expectativas crescentes geradas pela própria dinâmica de desenvolvimento do país. Importa todavia salvaguardar a solidariedade intra e intergeracional, o que apela a um equilíbrio permanente entre expectativas, gastos e recursos disponíveis.

Tensões são perceptíveis em áreas como a educação e a saúde. A médio prazo torna-se imperativo reformular a questão da universalidade gratuita dos serviços da saúde e da educação, redefinindo os critérios dessa gratuidade e criando parcerias que possam permitir a comparticipação dos cabo-verdianos que têm possibilidade de contribuir para um sistema de saúde e de educação com mais qualidade e mais justo para Cabo Verde.

Estamos a empreender a mais profunda reforma no domínio da Segurança Social, particularmente do segmento não contributivo, que abrange as camadas mais desprotegidas da sociedade, e dos funcionários públicos relativamente às prestações imediatas, os quais merecem uma assistência médica e medicamentosa com mais qualidade e oportunidade.

O país deve poder gastar os escassos recursos disponíveis com racionalidade. Por isso, a boa governação financeira do Estado tem sido um dos traços marcantes deste Governo. Um vasto trabalho de reforma das finanças públicas tem sido levado a cabo com resultados palpáveis e reconhecidos. Está em vias de finalização o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, instrumento-quadro importante para a mobilização de recursos.

É o reconhecimento da boa governação e do bom desempenho económico e social que permitiu a recuperação da credibilidade externa do país. Com o reestabelecimento da confiança dos nossos parceiros, foi possível negociar novos programas de cooperação e forjar parcerias estratégicas, tanto a nível bilateral como multilateral. A prova de confiança está expressa no facto de Cabo Verde ser dos poucos países merecedores da modalidade de ajuda orçamental. Ou ainda na recente elegibilidade de Cabo Verde ao Millenium Challenge Account dos Estados Unidos da América em virtude dos bons indicadores apresentados pelo país em áreas como democracia e liberdades, desenvolvimento humano e desempenho económico.

O ritmo das transformações estará condicionado às disponibilidades financeiras. Assim, a par da cooperação internacional e do reforço da capacidade de mobilização interna de recursos, o Governo vem se esforçando no sentido de encontrar fórmulas inovadoras de

mobilização do capital financeiro em parceria com o sector privado nacional e estrangeiro e potenciando sinergias entre a ajuda pública e o investimento privado.

A transformação de Cabo Verde passa necessariamente pelo reforço e modernização do seu capital social. A aposta no capital social é a via adequada para capacitar os cabo-verdianos, diminuir a pobreza e promover a produtividade e a competitividade da economia.

Nestes últimos três anos tem se investido no sector educativo com vista a dotá-lo de qualidade e a tornar o sistema capaz de responder aos desafios de modernização da sociedade cabo-verdiana e ao desafio de transformação de Cabo Verde. Assim se justificam as medidas de promoção de qualidade e equidade do ensino, de diversificação da oferta de ensino e formação técnica e profissional, com especial incidência para a juventude.

A dinâmica de crescimento e transformação de Cabo Verde deve estar ancorada na inovação e na competitividade. Para tanto, é imperativo criar um ensino superior que seja capaz de gerar capacidade nacional nos domínios da Ciência e da Tecnologia e de promover investigação para o desenvolvimento. Nesta linha situa-se o início do processo de instalação da Universidade de Cabo Verde, que será um instrumento de formação de capacidades humanas e institucionais impulsionadoras da inovação e da transformação. A diáspora terá um papel fundamental neste processo, seja pela interacção permanente com os quadros de investigação nas comunidades no exterior, seja pela integração das valências dos mesmos neste projecto.

Senhor Presidente,  
Ilustres Deputados,

Como tínhamos previsto, a economia prossegue uma trajectória ascendente.

Apesar do quadro recessivo da economia internacional, conseguimos em 2003 um crescimento do PIB de 5,3%. Pela primeira vez desde 1997, conseguimos uma redução do défice corrente da balança de pagamentos a um só dígito em relação ao seu peso no PIB, quedando-se em cerca de 8,9%; conseguimos uma diminuição do peso da dívida pública no PIB tanto na sua componente interna como externa, com esta última a regressar a valores inferiores a 50%, o que já não acontecia desde 1999; o défice público situou-se nos 3,3% do PIB em 2003, o segundo valor mais baixo dos últimos anos, a comparar com os 19,8% do PIB alcançados no ano 2000.

Verificamos uma acentuada desaceleração da cadência inflacionária, situando-se a inflação em 1,2% em 2003. Prevemos que a tendência descendente se prossiga em 2004, com uma taxa de inflação à volta de 1%. Este comportamento da inflação, já patente no primeiro semestre do corrente ano, deita por terra os temores de que o IVA iria contribuir para a subida dos preços.

A última missão do FMI confirmou esse bom desempenho e mais uma vez validou a boa governação, enaltecendo a consolidação da estabilidade macroeconómica, a baixa inflação, o reforço da disciplina orçamental e a prudência em matéria de política monetária.

Crescemos sem colocar em risco a sustentabilidade do Orçamento do Estado e do regime cambial.

Estamos assim a conseguir o objectivo fixado por este Governo para o crescimento da economia. Um crescimento robusto, mas, sobretudo, um crescimento qualitativamente superior, capaz de garantir a sustentabilidade e de realizar, com o tempo, transformações estruturais na economia nacional.

As condições macroeconómicas, as boas perspectivas em termos de investimentos públicos e privados e os sinais de dinâmica da economia real permitem-nos afirmar que as condições estão solidamente criadas para que o ritmo de crescimento da economia aumente em 2004 e 2005. Um programa de curto prazo voltado para a dinamização da economia real já foi lançado pelo Governo.

A dinâmica do investimento privado nacional é ilustrada pelo crescimento do crédito à economia a uma taxa média anual de 14,1% nos três últimos anos.

O investimento directo estrangeiro aumentou em 7% em 2003, atingindo aproximadamente 41.3 milhões de USD, implicando a criação de cerca de 2.600 empregos directos e indirectos. Em 2004, os resultados serão ainda melhores. O investimento directo externo aprovado no primeiro semestre de 2004 ultrapassou os 4 milhões de contos ou seja mais de 41 milhões de dólares. Estes valores da primeira metade de 2004 são superiores aos atingidos durante todo o ano de 2003.

As medidas em curso relativas às Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral bem como à Zona Industrial de Lazareto e a outras zonas industriais e, ainda, a recente aprovação do diploma que cria a nova Agência de promoção de investimentos, capaz de acelerar o processo de aprovação e de operacionalização de novos projectos irão contribuir para uma maior dinâmica dos investimentos nos próximos anos.

Do lado público, o arranque de vários e importantes projectos de infra-estruturas ainda no segundo semestre deste ano deverá reforçar a tendência de aumento do investimento global nos próximos anos.

O turismo está a crescer. Arrancamos decididamente no caminho de um turismo de qualidade, respeitador da nossa identidade e que será um dos principais pilares da transformação de Cabo Verde no médio prazo.

As receitas do turismo em 2003 cresceram 17% contra 6.8% em 2002 e mais do que duplicaram em relação a 2000. A contribuição do sector turístico para o PIB atingiu os dois dígitos, situando-se em 10.1% segundo o BCV. A preocupação do Governo não se centrou somente em garantir uma forte dinâmica de crescimento mas em implementar um modelo que permita estender o turismo à totalidade do território nacional.

Possuímos neste momento uma boa carteira de novos projectos capazes de dar um impulso decisivo ao sector. Registe-se ainda que, de acordo com o INE, a capacidade de alojamento

do país aumentou em 10,2% em 2003. Os grandes projectos em execução, de que saliento o projecto RIU/TUI, na ilha do Sal, dois grandes projectos hoteleiros em construção na ilha da Boavista, ou a ampliação do Hotel Xaguete na ilha do Fogo, para só citar alguns, cuja inauguração está prevista para o ano 2005, ou ainda, os novos projectos em preparação para as ilhas de São Vicente, Santo Antão, Santiago, Maio, São Nicolau, etc, fazem prever que esta dinâmica continuar-se-á em crescendo.

Estamos a dinamizar as Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI's), e com vista à sua gestão mais eficiente, vamos criar as sociedades de desenvolvimento turístico com a participação dos municípios. Criamos condições para o abaixamento dos preços dos transportes aéreos internacionais. Três novos aeroportos internacionais vão entrar em funcionamento nos próximos anos: na Praia até o fim do ano, na Boavista, com o início das obras para breve e S.Vicente para o próximo ano. Os TACV aumentaram a sua frota internacional. Soluções mais integradas de transporte entre as ilhas já despontaram. Temos boas razões para acreditar no futuro do sector do turismo.

A nível das exportações os resultados são também palpáveis. Em 2003 e em termos reais, as exportações cresceram mais do que as importações, 8.3% contra 7.5%, respectivamente. A estrutura de mercado das exportações começa a dar os primeiros sinais de diversificação. As confecções e o calçado continuam a ocupar o primeiro lugar. A entrada em funcionamento de novas zonas industriais vai permitir o reforço desta dinâmica. O mesmo se poderá dizer em relação à recente extensão do AGOA pelo Congresso Americano e o Governo apoiará os esforços dos empresários para aceder ao mercado americano.

Os efeitos do levantamento do embargo da União Europeia, conjugado com a introdução de novas embarcações e com a entrada em serviço de facilidades em terra como as do Porto da Praia, começam a fazer-se sentir no aumento das capturas e da exportação do pescado. As perspectivas para este ano são encorajadoras. Estamos em crer que a modernização da Interbase em resultado da privatização em curso à qual se pretende dar um cunho estratégico, o novo modelo de gestão que o Governo vai introduzir nos complexos de apoio à pesca e outras medidas de reorganização do sector, perspectivam um melhor futuro para as pescas em Cabo Verde.

A dinâmica imprimida ao sector financeiro é indiscutível. Caminhamos a bom ritmo no sentido da modernização do sistema financeiro em Cabo Verde. Perspectiva-se a entrada de novos operadores no mercado financeiro. Impulsionado pela evolução positiva da economia, o sistema financeiro cabo-verdiano acusa um significativo crescimento das suas actividades desde finais de 2003.

A transformação de Cabo Verde exige um sector financeiro moderno, dinâmico e eficiente. Por isso, o Governo atribuiu uma prioridade estratégica ao aprofundamento do sector financeiro. Um sector financeiro capaz de constituir um motor de crescimento. Isto porque acreditamos que o desenvolvimento de serviços financeiros eficazes e eficientes deve constituir, a prazo, um dos alicerces da economia nacional.

Passos seguros vêm sendo dados para a construção em Cabo Verde de um Centro Financeiro Internacional. Até ao fim do ano teremos completado o dispositivo jurídico-

institucional necessário para o lançamento de novos produtos financeiros e para a atracção de instituições financeiras internacionais.

A estratégia de transformação de Cabo Verde numa plataforma de transportes aéreos está em boas vias de implementação. O estatuto de Categoria 1 da aviação civil foi conseguido. Inauguramos em Junho passado um novo sistema de controle de tráfego aéreo dotado das tecnologias mais modernas existentes. O Plano director de desenvolvimento do Aeroporto do Sal na perspectiva da sua transformação num “hub” de cargas e passageiros bem como o estudo de viabilidade do “hub” do Sal estão em curso, com o apoio dos Estados Unidos. Uma rede de relações na sub-região está a ser construída com particular destaque para a assinatura do acordo aéreo com a Nigéria.

A companhia TACV prossegue a recuperação iniciada em 2003. O processo de reestruturação já iniciado está imbuído de um profundo sentido estratégico. Trata-se, acima de tudo, de construir uma companhia de bandeira nacional capaz de viabilizar a estratégia de transportes aéreos, ela mesmo parte importante da estratégia de transformação de Cabo Verde.

O mesmo se poderá dizer no respeitante à estratégia de construção de uma plataforma de transportes marítimos. Cabo Verde acaba de ser incluído na lista dos primeiros países a cumprir os requisitos para a implementação do Código de Segurança dos Portos e Navios, ISPS, publicada pela IMO. Isto só foi possível devido à implementação de um conjunto de medidas de reforço da segurança nos portos e navios em Cabo Verde. Os processos de modernização e extensão dos portos da Praia e de Palmeira estão em curso. Iniciámos o estudo de viabilidade e a promoção do Porto Grande de S.Vicente como Porto de Transbordo de contentores, estudo também apoiado pelos Estados Unidos, e já encetamos contactos com um operador portuário internacional com vista a uma parceria para esse projecto.

Melhorias significativas estão a ser registadas no transporte marítimo inter ilhas. Foi introduzido o sistema de transporte de carga horizontal com a entrada em operação de dois navios “roll-on/roll-off”. Será brevemente introduzido o serviço mínimo de transporte marítimo inter ilhas com vista a um melhor serviço para as ilhas menos atraentes para a exploração privada. Este processo decorre em paralelo com a alienação dos navios da extinta Companhia Nacional de Navegação Arca Verde.

Importantes infra-estruturas rodoviárias foram construídas. Citemos como exemplo a 2ª via e a reabilitação da via antiga da estrada Espargos–S. Maria, a reabilitação da estrada Espargos–Palmeira em curso, a reabilitação e asfaltagem da estrada S. Domingos – Assomada em vias de conclusão, a estrada Porto Novo – Janela em curso. Um pacote de estradas nas ilhas de S. Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Maio e Santiago terá arranque nos inícios de 2005 com financiamento do Banco Mundial. A construção da Circular da Praia e a asfaltagem da estrada Praia–S. Domingos estão em boas vias. Um novo pacote de estradas, incluindo a reabilitação do anel rodoviário da ilha do Fogo, já foi negociado com o BADEA.

Estamos a trabalhar para a liberalização do serviço móvel, da televisão por assinatura, da Internet e de outros serviços de valor acrescentado. Os concursos serão lançados em breve. Enquanto isso, reforçamos a capacidade institucional do sector das comunicações com a criação do Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação para a melhoria da administração e da regulação técnica do sector, em paralelo com a regulação económica feita pela ARE que também entrou em funcionamento.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional,  
Senhoras e Senhores Deputados da Nação,

Vou terminar agradecendo a atenção que me dispensaram. Tive muito gosto em fazer esta introdução ao debate sobre o Estado da Nação nesta Casa Parlamentar. Não procurei ser exaustivo. Quis centrar-me num leque de aspectos de grande relevância para o país e nos desafios do futuro. Isto para permitir, como esperamos, que o debate seja construtivo e enriquecedor e contribua para que todos juntos, toda a Nação cabo-verdiana residente e não residente, lancemos mãos ao difícil mas empolgante desafio de transformação de Cabo Verde.

Muito obrigado.